

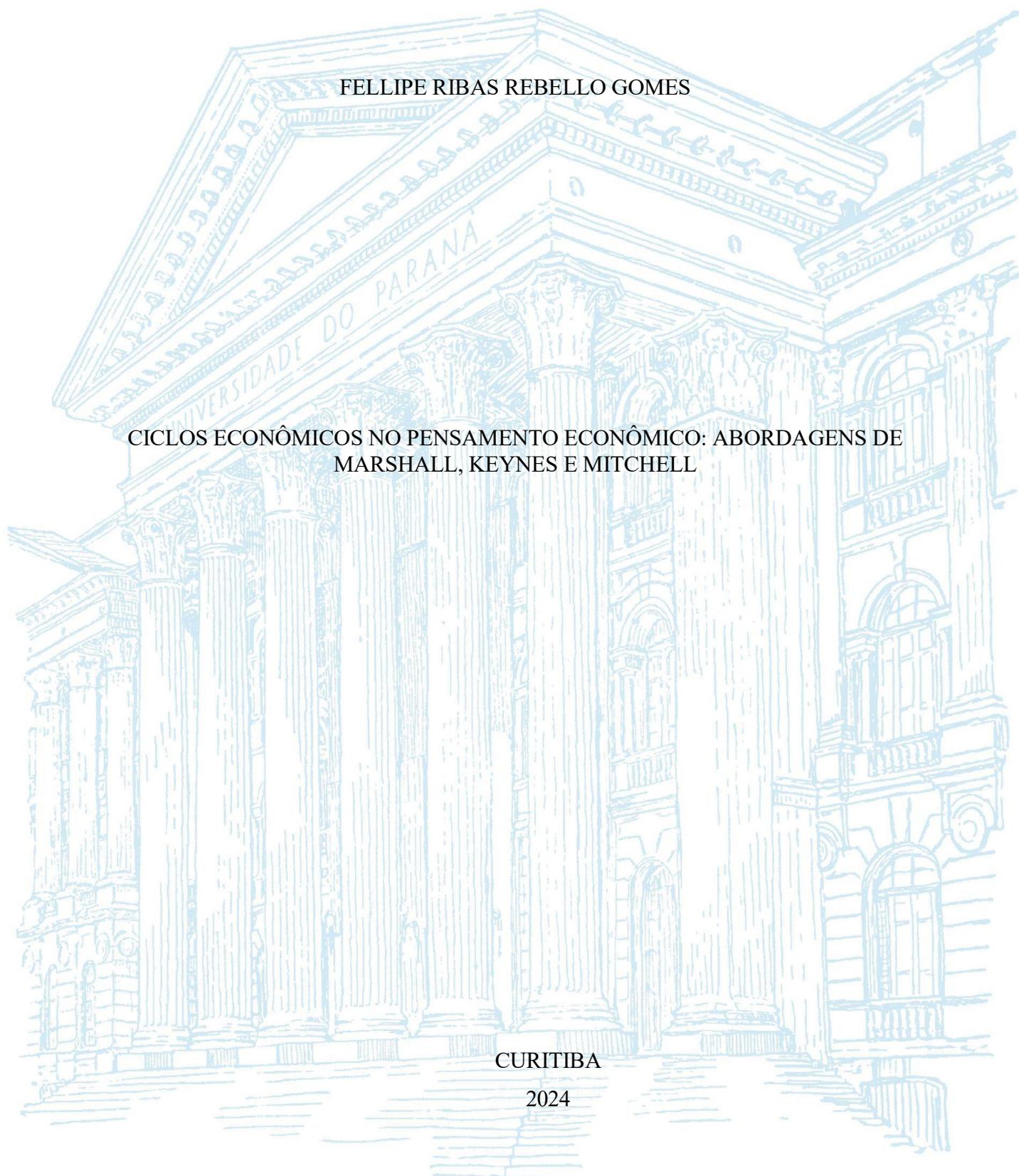
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELLIPE RIBAS REBELLO GOMES

CICLOS ECONÔMICOS NO PENSAMENTO ECONÔMICO: ABORDAGENS DE  
MARSHALL, KEYNES E MITCHELL

CURITIBA

2024



FELLIPE RIBAS REBELLO GOMES

CICLOS ECONÔMICOS NO PENSAMENTO ECONÔMICO: ABORDAGENS DE  
MARSHALL, KEYNES E MITCHELL

Monografia apresentada ao curso de  
Graduação em Ciências Econômicas, Setor  
de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade  
Federal do Paraná, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José Felipe Araujo de  
Almeida

CURITIBA

2024

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente à oportunidade de estudar na Universidade Federal do Paraná e a todo o suporte que me foi proporcionado ao longo desta trajetória. Esta instituição não só ampliou meus horizontes acadêmicos, mas também me ofereceu oportunidades para meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Minha gratidão eterna à minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio incondicional e toda a base necessária para que eu chegasse até aqui.

Gostaria de expressar meu agradecimento a todos os professores que tive o privilégio de assistir, cujas aulas enriqueceram profundamente minha formação e conhecimento. Um agradecimento especial ao professor José Felipe Araujo de Almeida, por sua orientação neste trabalho e por me proporcionar uma nova maneira de enxergar a área de História do Pensamento Econômico.

*“The long run is a misleading guide to current affairs. In the long run we are all dead. Economists set themselves too easy, too useless a task if in tempestuous seasons they can only tell us that when the storm is long past the ocean is flat again.”*

(John Maynard Keynes)

## RESUMO

Este trabalho analisa e compara as abordagens de Alfred Marshall, John Maynard Keynes e Wesley Clair Mitchell sobre os ciclos econômicos, destacando suas contribuições para o pensamento econômico. Marshall, representando a escola neoclássica, enfatiza o equilíbrio de longo prazo e o papel do crédito e da moeda na formação dos ciclos. Keynes, em sua Teoria Geral, critica a visão clássica, introduzindo o conceito de demanda efetiva como determinante do nível de emprego e defendendo a intervenção governamental para estabilizar a economia. Mitchell, por sua vez, utiliza uma abordagem empírica e institucionalista, focada na análise de padrões históricos e indicadores econômicos para entender as flutuações cíclicas. O trabalho explora também as comparações entre essas abordagens, evidenciando como diferentes contextos históricos e metodologias influenciaram suas perspectivas. Ao final, o estudo destaca a relevância dessas teorias para a compreensão das dinâmicas econômicas contemporâneas e para o desenvolvimento de políticas eficazes em tempos de instabilidade.

**Palavras-chave:** ciclos econômicos, Marshall, Keynes, Mitchell, teoria econômica, pensamento econômico.

## ABSTRACT

This study analyzes and compares the approaches of Alfred Marshall, John Maynard Keynes, and Wesley Clair Mitchell regarding economic cycles, highlighting their contributions to economic thought. Marshall, representing the neoclassical school, emphasizes long-term equilibrium and the role of credit and money in shaping cycles. Keynes, in his *General Theory*, criticizes the classical perspective, introducing the concept of effective demand as a determinant of employment levels and advocating for government intervention to stabilize the economy. Mitchell, on the other hand, employs an empirical and institutionalist approach, focusing on historical patterns and economic indicators to understand cyclical fluctuations. The study also explores comparisons among these approaches, showing how different historical contexts and methodologies influenced their perspectives. Finally, it underscores the relevance of these theories for understanding contemporary economic dynamics and developing effective policies in times of instability.

**Keywords:** economic cycles, Marshall, Keynes, Mitchell, economic theory, economic thought.

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	3
<b>RESUMO</b> .....	5
<b>ABSTRACT</b> .....	6
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. CICLO ECONÔMICO DE ACORDO COM MARSHALL</b> .....	10
<b>3. CICLO ECONÔMICO DE ACORDO COM KEYNES</b> .....	17
<b>4. CICLO ECONÔMICO DE ACORDO COM MITCHELL</b> .....	24
<b>5. COMPARAÇÕES ENTRE AS ABORDAGENS DE KEYNES E MITCHELL</b> .....	33
<b>6. COMPARAÇÕES ENTRE AS ABORDAGENS DE MITCHELL E MARSHALL</b> .....	35
<b>7. COMPARAÇÕES ENTRE AS ABORDAGENS DE KEYNES E MARSHALL</b> .....	39
<b>8. CONCLUSÃO</b> .....	44
<b>9. REFERÊNCIAS</b> .....	46

## 1. INTRODUÇÃO

A história do pensamento econômico é marcada pela contribuição de diversos teóricos que buscaram explicar as complexas dinâmicas de mercado e as flutuações das economias nacionais. Entre os economistas mais influentes, destacam-se Alfred Marshall, John Maynard Keynes e Wesley Clair Mitchell, cujas abordagens distintas moldaram significativamente as ciências e as políticas econômicas. Alfred Marshall, uma figura central da teoria neoclássica, desenvolveu conceitos fundamentais como oferta e demanda, elasticidade e a análise de equilíbrio de curto e longo prazo. Ele defendia que os mercados tendem a se autorregular, enfatizando que os ajustes econômicos ocorrem naturalmente com o tempo, salvo interferências externas desnecessárias.

John Maynard Keynes, por sua vez, emergiu como um crítico contundente do pensamento neoclássico, especialmente no contexto da Grande Depressão da década de 1930. Keynes introduziu uma abordagem macroeconômica que destacava a insuficiência da demanda agregada como causa do desemprego involuntário, propondo um papel ativo do governo na estabilização da economia por meio de políticas fiscais e monetárias. Sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* marcou uma ruptura significativa com o pensamento econômico tradicional, estabelecendo as bases para a teoria econômica moderna.

Wesley Clair Mitchell, um economista institucionalista, trouxe uma abordagem empírica ao estudo da economia. Ele foi pioneiro no uso de dados históricos e estatísticos para entender os ciclos econômicos, desafiando a ênfase neoclássica em teorias abstratas e dedutivas. Mitchell acreditava que o comportamento econômico era fortemente influenciado por instituições e hábitos, e sua metodologia enfatizava a importância de observar e medir fenômenos econômicos reais para desenvolver teorias práticas. Seu trabalho no National Bureau of Economic Research (NBER) ajudou a estabelecer uma tradição de análise econômica baseada em evidências empíricas.

Esta monografia está estruturada da seguinte forma: o Capítulo 2 explora o ciclo econômico de acordo com a perspectiva de Marshall, enquanto o Capítulo 3 trata do ciclo econômico sob a ótica de Keynes. No Capítulo 4, analisa-se o ciclo econômico segundo Mitchell. Os Capítulos 5, 6 e 7 são dedicados às comparações entre as abordagens de Keynes e Mitchell, Mitchell e Marshall, e Keynes e Marshall, respectivamente. Por fim, a conclusão sintetiza as principais contribuições desses autores e avalia suas relevâncias teóricas e práticas. Esta comparação entre Marshall, Keynes e Mitchell revela a evolução do pensamento econômico e as diferentes respostas teóricas aos desafios econômicos, desde a crença na autorregulação dos mercados até a defesa de intervenções governamentais e a análise empírica de comportamentos econômicos. O objetivo é investigar e comparar as abordagens teóricas de Alfred Marshall, John Maynard Keynes e Wesley Clair Mitchell sobre os ciclos econômicos, destacando suas contribuições para o pensamento econômico e a relevância de suas ideias na compreensão das dinâmicas econômicas contemporâneas. A escolha desse tema se justifica pela importância histórica e teórica das contribuições de Marshall, Keynes e Mitchell para a compreensão das flutuações econômicas. Enquanto Marshall consolidou fundamentos da teoria neoclássica, Keynes revolucionou a macroeconomia com sua análise das causas do desemprego e da instabilidade, e Mitchell trouxe uma abordagem empírica que complementa e desafia modelos teóricos tradicionais. Compreender as diferentes visões desses economistas não apenas ilumina debates históricos no campo da economia, mas também oferece insights valiosos para a formulação de políticas econômicas em contextos de crise. Além disso, a análise comparativa das suas abordagens destaca a evolução do pensamento econômico e a integração de diferentes perspectivas metodológicas.

## **2. CICLO ECONÔMICO DE ACORDO COM MARSHALL**

De acordo com Gaynor (1991), Marshall desenvolve sua teoria monetária devido à sua insatisfação com a teoria quantitativa como explicação do sistema monetário da época. Ele redefine o conceito de dinheiro para incluir crédito, permitindo uma oferta de dinheiro endógena que reage à demanda. Marshall considera fatores como população, riqueza, renda agregada e desenvolvimento do crédito como fatores determinantes da demanda por dinheiro. Um aumento na população aumenta o número de transações realizadas, elevando a demanda por moeda como meio de troca. Indivíduos mais ricos tendem a demandar mais moeda, pois possuem maior capacidade para realizar transações de valor elevado e manter saldos líquidos. A demanda por moeda é proporcional à renda, uma vez que níveis mais altos de renda elevam tanto o consumo quanto o investimento, exigindo mais moeda para realizar essas transações. Marshall enfatiza que o avanço dos sistemas de crédito e substitutos monetários, como cheques e casas de compensação, pode alterar a velocidade de circulação da moeda e reduzir a necessidade de manter moeda física em transações.

No artigo de Gaynor (1991), Marshall define o mercado monetário como o mercado para empréstimos de curto prazo, enquanto o mercado de títulos lida com créditos de longo prazo. Ele relaciona a demanda por poupança com a oferta de poupança e determina a taxa de juros de longo prazo com base em fatores reais de produtividade e poupança. A demanda por poupança é definida pelas necessidades de negócios para obter capital, o que depende da extensão e riqueza das oportunidades de investimento disponíveis. Quanto mais promissores forem os retornos dos investimentos produtivos, maior será a demanda por poupança para financiar esses empreendimentos. A oferta de poupança, por outro lado, é composta pelo excedente de produção sobre o consumo, ou seja, pelos recursos que permanecem disponíveis para investimento após atender às necessidades de consumo imediato. Essa oferta é formada por decisões individuais de poupar, que dependem de fatores como a preferência por consumo

presente versus futuro. A taxa de juros de longo prazo é o ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda por poupança. Essa taxa reflete o custo de oportunidade do capital e é influenciada por fatores como a produtividade do capital (a capacidade de gerar retornos) e a propensão das pessoas a poupar (ou seja, sua disposição em diferir o consumo). A taxa de desconto no mercado monetário teria como base a taxa de juros de longo prazo no mercado de títulos. Marshall enfatiza o papel dos especuladores (bulls e bears) na determinação das taxas de juros e na especulação no mercado de títulos.

Marshall diferencia entre mudanças de preço de longo prazo e flutuações econômicas de curto prazo causadas por crises ou choques de oferta ou demanda. Ele argumenta que as taxas de juros podem não ser eficazes na geração de ciclos econômicos e crises. Marshall reconhece a importância de um equilíbrio de curto prazo e a não neutralidade dos ciclos econômicos em relação às forças reais da economia.

De acordo com Gaynor (1991), Marshall observa que quando há um aumento na taxa de desconto (a taxa de juros que o banco central cobra dos bancos comerciais), isso torna menos atrativo pedir empréstimos e investir em ativos financeiros. Isso pode levar a uma queda nos preços de commodities e ativos financeiros, pois os especuladores se tornam menos otimistas sobre o mercado. Por outro lado, se a taxa de desconto diminuir, os especuladores podem aumentar suas compras de ativos financeiros, levando a um aumento nos preços. Marshall observa que mudanças de longo prazo na oferta de dinheiro, como a chegada de grandes quantidades de metais preciosos (como ouro e prata), podem levar a tendências inflacionárias ou deflacionárias na economia. Por exemplo, um aumento na oferta de dinheiro pode levar a um período de inflação, enquanto uma diminuição na oferta pode resultar em deflação.

Gaynor (1991) finaliza o artigo citando o argumento de Marshall de que a expansão excessiva do crédito é uma causa fundamental das crises econômicas. Marshall descreve um ciclo econômico que inclui fases de prosperidade, seguidas por excesso de confiança,

superprodução, pressão sobre os preços, estagnação e, finalmente, uma recessão ou depressão. Na fase da prosperidade, o ciclo começa com uma melhora na economia, frequentemente estimulada por choques positivos, como boas colheitas ou avanços tecnológicos. Empresas e investidores aumentam a confiança e começam a expandir seus negócios, investindo em máquinas, infraestrutura e bens de produção. Essa confiança crescente alimenta um aumento no crédito, impulsionando ainda mais o investimento. Na fase do excesso de confiança e superprodução, à medida que a confiança cresce, a especulação aumenta. Os investidores começam a assumir riscos maiores, comprando bens e ativos com a expectativa de lucros futuros elevados. Isso leva a uma expansão excessiva da produção e do crédito. Durante essa fase, os preços e salários aumentam devido à alta demanda por bens e mão de obra. Na fase da pressão sobre preços, eventualmente o excesso de produção começa a saturar os mercados. Os preços atingem um pico, e os custos começam a superar os retornos. O sistema financeiro enfrenta pressão, com instituições de crédito se tornando mais cautelosas em relação a novos empréstimos. A balança comercial pode se tornar desfavorável, resultando em pressão sobre as reservas monetárias de uma nação. Na fase de estagnação, a falta de confiança entre investidores e instituições financeiras leva a uma retração no crédito. Os bancos elevam as taxas de juros para proteger suas reservas, o que dificulta a obtenção de novos empréstimos. Investidores e empresas, incapazes de sustentar suas operações, começam a vender ativos a preços mais baixos, resultando em quedas acentuadas nos mercados financeiros e na atividade econômica. Na fase da recessão ou depressão, a economia entra em um estado de contração severa. Empresas falham, trabalhadores perdem empregos, e o consumo diminui drasticamente. Marshall descreve essa fase como uma "calma pesada e deprimente," caracterizada por baixa atividade econômica, pouca confiança e um lento ajuste dos preços e salários.

De acordo com Meyrelles et al. (2016), Marshall define a taxa de juros como uma "recompensa pela espera" e como o "preço pago pelo uso do capital". Ele considera dois tipos

de capital: o capital já investido (especializado) e o capital livre, disponível para investimento em diferentes aplicações. A taxa de juros é determinada pelo equilíbrio entre a demanda por novos investimentos e a oferta de poupanças disponíveis. A oferta de capital livre depende da disponibilidade de poupanças para investimento, enquanto a demanda por capital livre está relacionada à rentabilidade dos negócios. Marshall destaca que fatores não econômicos, como costumes e hábitos de poupança, também influenciam a oferta de capital. A taxa de juros de equilíbrio é determinada pela interação entre a oferta e a demanda por capital livre. Marshall identifica uma taxa "normal" de juros, em torno da qual a taxa efetiva de juros (de mercado) oscila. No longo prazo, a taxa de juros de mercado converge para a taxa de juros real, refletindo a demanda e a oferta de capital em termos reais. Marshall acredita que eventuais diferenças entre investimento e poupança de pleno emprego são corrigidas por meio de variações na taxa de juros de mercado, induzindo mudanças nos níveis de investimento.

Segundo Meyrelles et al. (2016), Marshall acreditava que o valor da moeda, como qualquer outra mercadoria, era determinado pela oferta e demanda, tanto no curto quanto no longo prazo. Ele concordava com a ideia da Teoria Quantitativa da Moeda, que afirma que o nível de preços está diretamente relacionado à quantidade de moeda em circulação na economia. No entanto, como já citado anteriormente, Marshall reconhecia limitações na versão tradicional da Teoria Quantitativa da Moeda, especialmente em relação às variações de preços no curto prazo. Ele propôs uma abordagem alternativa conhecida como versão de Cambridge ou cash-balance, que incorporava uma teoria da demanda por moeda na análise monetária.

Ainda no artigo de Meyrelles et al. (2016), para Marshall a demanda por moeda era influenciada por dois motivos básicos: transações e precaução. As pessoas demandavam dinheiro para facilitar transações comerciais e como precaução para lidar com imprevistos ou oportunidades de compra imperdíveis. Marshall também reconhecia que fatores como população, riqueza, instituições de crédito, métodos de transporte e produção, além da

confiança no ambiente de negócios, poderiam afetar a demanda por moeda. Essas oscilações na confiança estavam relacionadas aos ciclos econômicos e à "lei do entesouramento", que explicava como a demanda por moeda aumentava durante a deflação e diminuía durante a inflação.

Meyrelles et al. (2016) explicam a oferta monetária na visão de Marshall. Ela era determinada pelo estoque de metais preciosos, principalmente devido ao regime de padrão-ouro vigente na época. Marshall considerava a moeda principalmente como um meio de troca e acreditava que seu valor era influenciado pela confiança pública e pela estabilidade econômica. Marshall também discutiu o impacto de mudanças na oferta monetária sobre os preços, variações de curto prazo poderiam ocorrer mas a longo prazo, a relação entre oferta de moeda e nível de preços seria proporcional.

Marshall observa que a relação entre o nível de reservas e as operações de crédito é proporcional, o que leva a uma redução nas taxas de juros de mercado. Isso, por sua vez, estimula a procura por empréstimos, aumentando a demanda por bens e elevando os preços. A inflação resultante alimenta expectativas de mais aumentos de preços, levando a uma maior demanda por empréstimos e criando um ciclo de expansão econômica. No entanto, esse processo tem limites. O aumento dos preços domésticos reduz exportações, prejudicando a balança comercial e reduzindo as reservas em ouro. Os bancos ficam receosos em continuar expandindo seus empréstimos, o que eventualmente leva a uma elevação das taxas de juros de mercado. O ciclo também pode ser desencadeado por fatores como alterações na taxa de juros normal ou no estado de confiança empresarial. Por exemplo, uma safra acima da média pode reduzir os preços agrícolas, liberando recursos para serem gastos em outros bens e estimulando a demanda.

Meyrelles et al. (2016) descrevem o ciclo econômico de Marshall. Durante a fase ascendente do ciclo, a confiança na prosperidade dos negócios leva a um aumento do crédito,

dos preços e dos lucros, alimentando ainda mais a expansão. A definição de crédito para Marshall é a utilização de instrumentos como cheques, letras de câmbio e outros instrumentos que influenciam os preços de maneira semelhante à moeda. Durante essa fase de aumento dos preços, a quantidade de dinheiro em circulação (M) e o volume de comércio (T) aumentam. Isso impulsiona a economia para um período de crescimento, definido como "boom". No entanto, em algum momento, a expansão se torna insustentável, levando a uma reversão do ciclo. A expansão se torna insustentável, pois como já descrito anteriormente, eventualmente ocorre a superprodução, pressão sobre os preços e estagnação. A fase descendente é caracterizada por uma nova taxa de juros (mais alta que a anterior), não apenas para acompanhar a inflação, mas até mesmo ultrapassá-la. Isso ocorre devido à limitação das reservas bancárias e à redução do valor das garantias dos empréstimos, como os títulos públicos. Esse ajuste marca o início da fase reversa do ciclo econômico, caracterizada por crédito mais caro, redução dos lucros, contração nos empréstimos e queda nos preços. Somente quando a confiança é restaurada, a economia pode retornar a uma nova fase ascendente do ciclo.

Em síntese, Marshall desenvolve uma teoria monetária que redefine o conceito de dinheiro para incluir crédito, permitindo uma oferta monetária endógena, ajustável à demanda, como resposta às limitações da teoria quantitativa tradicional. Ele enfatiza que fatores como população, riqueza, renda e desenvolvimento do crédito influenciam a demanda por dinheiro, enquanto mudanças na oferta monetária, como influxos de metais preciosos, podem gerar inflação ou deflação. Sua análise inclui uma distinção entre mercados de curto e longo prazo, onde a taxa de juros de equilíbrio reflete fatores reais, como produtividade e poupança, com especuladores desempenhando papel crucial no mercado financeiro. Marshall também propõe um modelo de ciclos econômicos, caracterizado por fases de prosperidade, superprodução e recessão, impulsionados pela expansão e contração do crédito. Ele observa que a euforia

especulativa alimenta o crescimento inicial, mas leva à saturação do mercado, à elevação das taxas de juros e, eventualmente, à retração. Sua abordagem busca integrar variáveis reais e monetárias, destacando a importância de confiança e equilíbrio na dinâmica econômica.

### **3. CICLO ECONÔMICO DE ACORDO COM KEYNES**

De acordo com os autores Arthmar et al. (2010), Keynes argumentava que a teoria clássica não descrevia precisamente a realidade econômica, especificamente em relação ao pleno emprego, à formação de preços e salários e à taxa de juros. Keynes propõe uma divisão da teoria econômica em uma Teoria da Firma Individual e uma Teoria do Produto e do Emprego, destacando a importância da economia monetária. Keynes criticava a Lei de Say, que afirmava que a oferta cria sua própria demanda, argumentando que os gastos de investimento nem sempre se ajustavam de forma eficiente à demanda agregada.

Segundo Arthmar et al. (2010), Keynes criticava a visão clássica da taxa de juros como um mecanismo de equilíbrio entre poupança e investimento, argumentando que são interdependentes e que mudanças em uma afetam a renda agregada, tornando a determinação da taxa de juros de equilíbrio inviável. A taxa de juros poderia ser influenciada também por fatores monetários e poderia haver diferenças entre poupança e investimento, levando a uma instabilidade econômica. Keynes argumenta que o modelo clássico de mercado de trabalho competitivo não se aplicava à realidade da época, que enfrentava desemprego em grande escala. Keynes também critica os neoclássicos, argumentando que a ideia de uma poupança forçada é uma ilusão, pois o investimento financiado pelo crédito resulta em poupança igualmente legítima àquela já existente. Keynes critica a visão clássica do pleno emprego, afirmando que isso levou ao abandono da discussão sobre demanda efetiva e à incapacidade de lidar com os problemas econômicos reais das nações durante os anos entre guerras. Keynes acredita que a teoria clássica não é adequada para prever cientificamente a economia e que sua aplicação prática tem prejudicado a prosperidade econômica.

No artigo de Arthmar et al. (2010), Keynes também discute as ideias de alguns "hereges" econômicos, como John Hobson e Thomas Malthus, que enfatizavam a importância da demanda efetiva e criticavam a visão clássica. Ele reconhece que algumas de suas ideias,

como a ênfase no consumo para estimular a economia, têm mérito, mas discorda da ideia de que isso é a única solução para recuperar a aceleração da economia. Keynes argumenta que uma alternativa é aumentar a oferta de bens de capital através da redução da taxa de juros. Além disso, destaca a importância do senso comum na análise econômica e critica a tendência dos economistas clássicos de se concentrarem apenas em teorias abstratas, enquanto negligenciam as realidades econômicas práticas. Keynes também elogia Malthus por dar ênfase ao desemprego gerado pela deficiência crônica da demanda e critica os seguidores de Mill por removerem a questão da demanda do debate econômico em vez de oferecerem uma solução adequada.

Arthmar et al. (2010) fazem uma crítica à incompletude da tese de Keynes, apontando a falta de uma teoria independente da taxa de juros em sua obra. Os autores mencionam a crítica de Keynes aos economistas clássicos, como Ricardo e Say, que defendiam a ideia de que o sistema capitalista teria a capacidade de se autorregular, sem a necessidade de intervenção, e que uma eventual queda na taxa de lucro seria passageira. Keynes discorda dessa visão, argumentando que a debilidade da propensão a consumir pode levar a uma insuficiência na demanda agregada, causando desemprego. Os autores argumentam que, embora Keynes se aproxime de economistas como Malthus, Blake e Sismondi, que enfatizavam os efeitos negativos da poupança excessiva, ele também se distancia deles. Keynes reconhece a importância da demanda efetiva, mas não concorda com a ideia de que a expansão do consumo deva ocorrer apenas por meio de gastos improdutivos ou pelo aumento do consumo dos trabalhadores.

Arthmar et al. (2010) discutem a importância da demanda efetiva na teoria econômica neoclássica, destacando contribuições de economistas como Marshall, Pigou e Wicksell. Marshall, por exemplo, descreve o ciclo comercial, no qual a demanda por bens aumenta durante a fase de prosperidade econômica, impulsionando os negócios. Wicksell introduz o

conceito de Processo Cumulativo, no qual o aumento na demanda por bens leva a um aumento nos preços e nos gastos, gerando um ciclo de inflação. Pigou destaca o papel das expectativas na flutuação dos negócios, argumentando que erros de otimismo podem levar a uma superprodução seguida por uma fase de estagnação. Os autores citam Marshall, Wicksell e Pigou para evidenciar que muitos dos elementos da Teoria Geral de Keynes já estavam presentes na literatura econômica anterior, especialmente na escola de Cambridge. A principal contribuição de Keynes seria reunir esses elementos dispersos, substituindo os preços pelas quantidades como mecanismo de ajuste do sistema econômico.

Keynes argumenta que a taxa de juros não é o único fator determinante do investimento, como defendiam os neoclássicos. Keynes (1936) introduz o conceito de demanda efetiva, que é baseado na interação entre duas funções principais: a função de demanda agregada (o montante esperado pelos empresários como retorno de suas atividades) e a função de oferta agregada (o custo necessário para produzir um nível específico de emprego). Keynes argumenta que o ponto de interseção dessas duas funções determina o nível de emprego e a produção total na economia. Esse ponto de equilíbrio é denominado demanda efetiva. Segundo ele, em uma economia de pleno emprego, um aumento no investimento deveria ser acompanhado por um aumento equivalente no consumo. No entanto, os neoclássicos assumiam que um aumento no investimento levaria a uma diminuição no consumo. Isso implica que, em uma economia onde a propensão a consumir é constante, um aumento no investimento resultaria em uma diminuição no consumo, o que contradiz a observação de que ambos podem aumentar simultaneamente. Portanto, Keynes acredita que a economia pode operar abaixo do pleno emprego devido à insuficiência de demanda, mesmo que os recursos estejam disponíveis.

Os economistas neoclássicos acreditavam que a economia operava naturalmente no pleno emprego, onde o produto permanecia constante. Eles focavam mais nas flutuações nos preços em resposta a mudanças na demanda, enquanto Keynes enfatizava as flutuações no nível

de atividade econômica e no emprego. Os neoclássicos reconheciam que, em situações de expansão econômica, os preços poderiam aumentar devido a um aumento na oferta de moeda, mas não necessariamente o produto total da economia. Eles também reconheciam que choques na oferta, como variações nos custos de produção ou inovações tecnológicas, poderiam afetar a produção agregada.

De acordo com Arthmar et al. (2010), enquanto os neoclássicos enfatizavam os mecanismos de ajuste dos preços para restaurar o equilíbrio, Keynes defendia a ideia de que, em uma economia monetária, os ajustes nos preços nem sempre são suficientes para garantir o pleno emprego dos recursos. E para isso defendeu a ideia de políticas fiscais e monetárias para estimular a demanda efetiva e combater o desemprego. O governo deveria aumentar seus gastos em momentos de recessão para compensar a falta de investimento privado, promovendo a criação de empregos e a elevação da renda agregada. Esses investimentos públicos deveriam ser direcionados a projetos que estimulassem a atividade econômica, como infraestrutura. Keynes também sugeriu que a taxa de juros deveria ser controlada para incentivar o investimento privado. A redução das taxas de juros tornaria o crédito mais acessível, estimulando empresários a realizarem novos investimentos e, assim, impulsionando a economia. Pigou, economista neoclássico, desenvolveu uma versão mais elaborada desse princípio em sua obra "The Theory of Unemployment". Ele propôs a ideia de um "sistema monetário padrão" onde cada transação econômica prosseguiria sem a interferência da moeda, garantindo estabilidade. No entanto, Pigou reconheceu que os sistemas monetários reais falhavam em manter essa estabilidade devido à incapacidade de replicar uma taxa de juros adequada. Keynes discordava dessa abordagem. Ele argumentava que a quantidade de consumo dependia da renda gerada pela produção e que os empresários produziram bens de consumo dependendo dos custos relativos dos bens de investimento. Se os custos dos bens de consumo

fossem muito altos em relação aos bens de investimento, parte do produto não seria vendida a um preço que cobrisse os custos de produção.

Além disso, Keynes questionava a ideia de uma taxa de juros "natural" única, argumentando que as expectativas sobre os rendimentos futuros dos investimentos influenciavam as decisões de investimento, tornando a taxa de juros variável e não determinada de forma única.

Ferrari & Terra (2010) discutem as principais ideias econômicas de Keynes em relação à insuficiência de demanda efetiva e às flutuações econômicas cíclicas, enfatizando a necessidade de políticas econômicas, especialmente fiscais e monetárias, para mitigar os impactos dessas flutuações no emprego e no produto. A análise de Keynes é direcionada a entender como o Estado pode influenciar o comportamento econômico dos agentes, estabilizando suas expectativas sobre o futuro e promovendo um ambiente propício para o investimento. Keynes argumenta que, em uma economia monetária, a moeda não é apenas um meio de troca, mas um ativo que resguarda riqueza ao longo do tempo. A moeda possui "liquidez máxima", o que a torna um recurso seguro em momentos de incerteza, influenciando a demanda por outros ativos. A preferência dos empresários por liquidez depende de suas expectativas quanto ao futuro. Quando os empresários antecipam incertezas ou quedas na demanda, eles tendem a reter recursos em forma de moeda ou ativos financeiros mais líquidos, o que pode reduzir a demanda por investimentos produtivos e, por consequência, afetar a renda e o emprego.

Ferrari & Terra (2010) destacam que para Keynes, a intervenção estatal é essencial para resolver problemas como o desemprego e a desigualdade na distribuição de renda. Ele propõe que o Estado tenha um papel ativo em influenciar o consumo e os investimentos, seja por meio da tributação, da taxa de juros ou de uma socialização moderada dos investimentos. Ele acredita que apenas uma intervenção ampla do Estado pode assegurar um nível de emprego próximo ao

pleno. A política econômica keynesiana combina três elementos fundamentais: eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. A eficiência econômica depende de conhecimento técnico; a justiça social requer um compromisso altruísta com o bem-estar da população; e a liberdade individual está ligada à capacidade de oferecer oportunidades progressistas. Para equilibrar esses aspectos, Keynes sugere políticas macroeconômicas amplas, como as políticas monetária e fiscal, evitando intervenções microeconômicas, que poderiam causar distorções e privilégios.

Ferrari & Terra (2010) detalham que a política monetária, de acordo com Keynes, deve ser usada para ajustar a taxa de juros, influenciando as escolhas dos agentes sobre onde alocar seus recursos. Quando a taxa de juros de mercado é mais alta que a taxa de juros natural, os investidores preferem ativos financeiros, o que leva a um aumento da poupança e uma queda no investimento produtivo. O Banco Central, então, deve alinhar as taxas de mercado e a natural para estimular o investimento. Em momentos de incerteza, a política monetária tem limitações, como na "armadilha da liquidez", onde a demanda por moeda é tão alta que a taxa de juros perde eficácia em estimular a economia. Para Keynes, a política fiscal é o principal instrumento de intervenção estatal. Ela opera em duas frentes: tributação e gastos públicos. A tributação permite redistribuir renda, enquanto os gastos públicos, divididos entre orçamento corrente e orçamento de capital, visam estabilizar a demanda. O orçamento corrente cobre gastos básicos, como saúde e educação, que Keynes acredita serem estabilizadores automáticos, enquanto o orçamento de capital se destina a investimentos públicos que apoiem o ciclo econômico. Keynes defende que o orçamento corrente deve ser equilibrado ou superavitário, e eventuais déficits devem ocorrer apenas no orçamento de capital para sustentar os investimentos. Os investimentos públicos devem complementar os investimentos privados, não competindo com eles, mas promovendo um ambiente estável para o setor privado. Keynes ressalta a importância de um programa de longo prazo de investimentos públicos como estabilizador automático da

economia, evitando que o Estado atue apenas de forma reativa a crises. Em vez de utilizar o déficit público como estratégia recorrente, o Estado deve focar em um planejamento que estimule o investimento privado e controle o ciclo econômico de forma previsível e constante. Keynes defende um orçamento bipartido como forma de equilibrar as finanças públicas no longo prazo. Segundo Ferrari & Terra (2010), o orçamento corrente deve ser equilibrado ou superavitário, enquanto o orçamento de capital pode suportar déficits de curto prazo, que tendem a ser compensados pelo retorno dos investimentos ao longo do tempo. Keynes enfatiza que o déficit não é uma solução indiscriminada, mas uma ferramenta a ser utilizada com cautela para equilibrar as oscilações econômicas. A política econômica keynesiana visa manter a demanda efetiva, reduzindo o desemprego involuntário e estabilizando o nível de confiança dos empresários. Ao promover uma economia equilibrada com crescimento constante de capital, Keynes espera que o Estado garanta um ambiente de eficiência econômica, justiça social e liberdade individual. A intervenção estatal deve ser robusta e sólida para proporcionar aos agentes privados uma base confiável para suas decisões de investimento, garantindo um crescimento sustentável e mitigando as incertezas e flutuações do sistema econômico.

Em síntese, o ciclo econômico na economia keynesiana é gerado por flutuações na demanda efetiva, que resulta da interação entre a demanda agregada (os gastos esperados em consumo e investimento) e a oferta agregada (os custos associados à produção). As variações nos componentes da demanda efetiva são impulsionadas por fatores como: expectativas dos empresários, propensão a consumir, taxa de juros e preferência pela liquidez e insuficiência de demanda agregada.

#### **4. CICLO ECONÔMICO DE ACORDO COM MITCHELL**

Epstein (1999) apresenta a abordagem de Wesley Mitchell no estudo dos ciclos econômicos, destacando seu objetivo de fornecer uma teoria abrangente do comportamento econômico baseada na análise dos ciclos de negócios. Mitchell via os ciclos econômicos como fenômenos complexos e únicos, e buscava explicá-los por meio de uma teoria institucional que considerasse as experiências e evidências históricas. Mitchell buscava uma explicação abrangente do comportamento econômico, integrando análises teóricas e empíricas. Seu objetivo era entender a economia monetária e seus efeitos sobre o comportamento das pessoas, comparando teorias existentes e utilizando a evidência quantitativa para confirmar ou rejeitar essas teorias. Ele empregava uma abordagem combinando análises estatísticas com teoria econômica para compreender os ciclos econômicos.

De acordo com Epstein (1999), Mitchell desenvolveu o conceito de ciclo de referência como uma medida básica dos ciclos econômicos, baseado na análise de séries temporais e indicadores econômicos. Ele procurava identificar os picos e vales dos ciclos de negócios em geral para comparar com os ciclos específicos em séries temporais individuais. No entanto, ele reconhecia que encontrar datas de referência precisas era um desafio, e o processo muitas vezes dependia de julgamento humano. Para analisar os dados, Mitchell e seus colaboradores desenvolveram medidas como o "ciclo relativo" para ajudar a entender o comportamento característico das séries temporais. Eles também estabeleceram critérios para identificar pontos de virada específicos, como a concentração desses pontos em torno de determinadas datas e sua disseminação pela economia. De acordo com Klein (1983), a equipe também utilizou uma variedade de indicadores econômicos, como produção industrial, emprego, vendas no varejo e preços de ações. Esses indicadores foram utilizados para estabelecer cronologias de ciclos de negócios. No entanto, segundo Epstein (1999), eles reconheceram que a identificação desses pontos muitas vezes era subjetiva e dependia de regras informais. Mitchell encontrou desafios

significativos. Muitas séries temporais não se comportavam conforme o esperado durante os ciclos de referência, e a diversidade de comportamento entre diferentes indicadores econômicos era considerável. Além disso, a falta de séries abrangentes e representativas dificultava a formulação de teorias gerais sobre ciclos econômicos. Ele reconhecia a diversidade de atividades econômicas e a dificuldade de capturar toda essa complexidade em um único índice. Klein (1983) ressalta a importância de não confiar em um único indicador para identificar os ciclos econômicos, destacando a complexidade e a diversidade do comportamento das séries temporais econômicas. Apesar das melhorias na disponibilidade de dados e técnicas de análise, a abordagem de Mitchell para medir e analisar os ciclos econômicos permaneceu fundamentalmente consistente ao longo do tempo. Sua ênfase na compreensão do comportamento sequencial da economia continuou a ser uma contribuição duradoura para a teoria e medição econômica. Mitchell enfrentou críticas de outros economistas, como Arthur Adams e Irving Fisher, que questionaram a validade de sua metodologia. No entanto, Mitchell defendeu sua metodologia, argumentando que ela era fundamentada em uma análise rigorosa dos dados empíricos. Ele discordava de Irving Fisher, sobre a natureza dos ciclos econômicos. Enquanto Fisher via os ciclos como eventos independentes sem implicação de recorrência, Mitchell argumentava que havia características regulares nos dados econômicos que poderiam ser analisadas para identificar padrões típicos em episódios históricos.

Epstein (1999) continua seu artigo com a interpretação dos métodos de Mitchell e Burns para análise dos ciclos econômicos. Koopmans e Marschak argumentaram que esses métodos eram empiristas e reduziam os ciclos a medidas únicas, enquanto Mitchell e Burns defendiam a complexidade do comportamento econômico. Burns e Mitchell rejeitaram a interpretação de que os ciclos econômicos eram essencialmente unidimensionais, argumentando que eles eram fenômenos complexos, com flutuações em diversas atividades econômicas. Burns argumentou que as flutuações econômicas não ocorriam de forma sincronizada em toda a economia, mas

sim dentro de agregados, o que exigia uma análise mais detalhada e a desagregação dos dados para entender a natureza dos ciclos econômicos. Apesar das evidências de complexidade nos dados econômicos, a interpretação predominante na literatura econômica tem sido simplificada, ignorando as irregularidades comportamentais e assumindo regularidades empíricas onde podem não existir. Estudos posteriores, como os de Watson (1994) e Klein (1983), mostram que as flutuações econômicas não ocorrem de forma sincronizada em todas as séries temporais, refutando a interpretação simplificada dos ciclos econômicos.

De acordo com Epstein (1999), Burns e Mitchell utilizaram critérios específicos para identificar os pontos de virada nos ciclos econômicos, como a duração mínima de 15 meses para ser considerado um ciclo. Eles também aplicaram técnicas de suavização de dados para lidar com flutuações erráticas. A comparação entre os pontos de virada do PIB real e de outras séries temporais mostra que nem todas as séries têm ciclos que coincidem com os do PIB real, sugerindo que a interpretação simplificada dos ciclos econômicos pode ser imprecisa, segundo Epstein (1999).

Epstein (1999) cita o estudo de Watson (1994), que selecionou sete séries temporais americanas para demonstrar armadilhas na datação de referência. Watson (1994) aplicou um algoritmo de ponto de virada do NBER para suavizar irregularidades em dados mensais. Watson (1994) não especificou uma cronologia de referência com antecedência, levando a diferenças na identificação de ciclos econômicos em suas séries. Os resultados mostraram que as relações de tempo entre as séries eram instáveis, com mudanças frequentes de liderança e atraso. Epstein (1999) destaca que a cronologia de referência pode ser um artefato das séries temporais analisadas e pode não representar flutuações generalizadas, mas sim de uma minoria de séries que correspondem especificamente.

Epstein (1999) conclui seu artigo ressaltando a importância de analisar o comportamento divergente das séries temporais para entender adequadamente os ciclos

econômicos. Mitchell acredita que essa análise seria fundamental para explicar os mecanismos institucionais do comportamento econômico analisado.

Klein (1983) destaca que Mitchell é amplamente reconhecido como um dos fundadores do institucionalismo na economia. No entanto, entre os economistas em geral, ele é mais conhecido como o fundador do National Bureau of Economic Research (NBER) e do sistema de indicadores de ciclos econômicos. Klein (1983) argumenta que os indicadores de ciclos econômicos são um exemplo claro do que uma perspectiva e metodologia institucionalista podem realizar. Ele destaca que os indicadores de ciclo econômico foram amplamente aceitos, mas suas origens institucionalistas são frequentemente esquecidas. Klein (1983) mostra como Mitchell reconheceu a influência de Thorstein Veblen em seu trabalho e como ele compartilhou a visão de Veblen sobre a importância da evolução das instituições econômicas. Mitchell enfatizou a necessidade de estudar o comportamento humano e coletar dados factuais para desenvolver teorias econômicas. Ele estava preocupado em coletar informações factuais essenciais para medir o que ocorria nas economias orientadas para o mercado ao longo do tempo.

Klein (1983) discute a teoria de Mitchell sobre os ciclos econômicos, que se concentrava na busca por lucros pelas empresas e sua relação com a instabilidade econômica. Klein (1983) apresenta a definição de Mitchell e Burns sobre os ciclos de negócios, destacando sua natureza recorrente, mas não periódica, e sua duração variável. Essa definição enfatiza a complexidade dos ciclos econômicos e a necessidade de uma análise detalhada para compreendê-los adequadamente.

De acordo com Klein (1983), Mitchell rejeitou as suposições ortodoxas da teoria econômica, como a Lei de Say dos Mercados e a ideia de que o pleno emprego poderia sempre ser alcançado com salários flexíveis. Ele adotou uma perspectiva crítica, conhecida como "underworld", que buscava explicar a instabilidade econômica de forma mais realista e

complexa. Mitchell valorizava a compreensão da realidade em sua complexidade, contrária à simplificação excessiva da teoria econômica convencional. Ele acreditava que uma teoria econômica sólida deveria ser baseada em informações precisas e testadas na realidade econômica. Mitchell então desenvolveu uma abordagem empírica e institucionalista para o estudo dos ciclos econômicos, enfatizando o processo econômico em vez do equilíbrio. Sua colaboração com Arthur Burns exemplificou a eficácia dessa abordagem, combinando uma análise teórica com dados observáveis da realidade econômica.

Klein (1983) discute o trabalho de Burns e Mitchell, que evitou em grande parte explicações teóricas anteriores do ciclo econômico. Antes do trabalho deles, economistas do século XVIII e início do século XIX haviam proposto uma grande variedade de hipóteses para explicar o ciclo econômico. E para entender melhor as teorias do ciclo econômico, os economistas classificaram-nas em diferentes categorias. Uma dessas classificações, inclui:

- I. Teorias puramente monetárias
- II. Teorias de poupança-investimento
- III. Economia de negócios
- IV. Diversos

Cada categoria abrange diferentes explicações para as flutuações econômicas, como teorias baseadas em dinheiro, investimento excessivo, subconsumo, ajustes de preços, psicologia e políticas governamentais. Klein (1983) conclui seu artigo discorrendo a sobre abordagens econômicas mais tradicionais e modelos econométricos, argumentando que ambas podem ser úteis para entender e prever os ciclos econômicos.

Sherman (2001) discute a teoria do ciclo de negócios de Wesley Mitchell, que argumentou que o ciclo de negócios só pode surgir em uma economia capitalista e não em uma economia pré-capitalista. Mitchell identificou três diferenças fundamentais entre as economias pré-capitalistas e capitalistas que determinam a possibilidade de ciclos de negócios.

Primeiramente, ele destacou que, em uma economia feudal, havia pouca troca de mercado, enquanto no capitalismo, a troca de produtos é essencial para a sobrevivência do sistema. Em segundo lugar, ele ressaltou que a produção no feudalismo era voltada para as necessidades do feudo, enquanto no capitalismo é realizada visando o lucro. Por fim, ele observou que, embora o dinheiro fosse utilizado em algumas transações no feudalismo, uma economia monetária é uma condição essencial para o ciclo de negócios. Mitchell também diz como o ciclo de negócios é endógeno ao sistema capitalista, ou seja, surge das próprias dinâmicas internas da economia, embora eventos externos possam servir como suavizadores ou catalisadores. Ele enfatizou que o lucro é o centro de sua teoria do ciclo de negócios e explicou como os diferentes elementos que compõem o lucro - como receita, custos de trabalho, matéria-prima, entre outros - se comportam ao longo do ciclo.

Segundo Sherman (2001), Mitchell combinou os processos de multiplicador e acelerador em uma única explicação causal para o ciclo de negócios, e sua teoria foi refinada e aprimorada ao longo do tempo com base em dados empíricos mais completos. Mitchell observou que os custos de matérias-primas e produtos semiacabados aumentam e diminuem mais rapidamente do que os preços dos produtos acabados. Durante as expansões, os custos das matérias-primas aumentam mais rápido do que os preços dos produtos acabados, afetando negativamente os lucros das empresas. Por outro lado, durante as contrações, os custos das matérias-primas caem mais rápido do que os preços dos produtos acabados, o que ajuda a sustentar os lucros das empresas. Os juros sobem mais rápido durante as expansões e caem mais rápido durante as depressões. Isso afeta os lucros, já que custos financeiros mais altos durante as expansões reduzem os lucros, enquanto custos financeiros mais baixos durante as depressões ajudam a impulsionar os lucros. Durante as expansões, os gastos de consumo aumentam, mas em uma taxa menor do que o aumento da renda nacional, levando a uma queda na proporção de consumo para renda nacional. Nas contrações, os gastos de consumo caem

mais rápido do que a renda nacional, resultando em uma maior proporção de consumo para renda nacional. Isso sugere que a demanda do consumidor é um limite nos preços durante as expansões e um suporte de preços durante as contrações. O investimento tende a seguir os lucros. Durante as expansões, o investimento aumenta mais rapidamente do que a produção de bens acabados, enquanto durante as contrações, o investimento cai mais drasticamente do que a produção de bens acabados. Os lucros têm grandes oscilações, aumentando durante as expansões e diminuindo durante as contrações. Os lucros são influenciados por uma série de fatores, incluindo custos e receitas, e afetam a distribuição de renda, a motivação para investir e a sobrevivência das empresas.

De acordo com Sherman (2001), Mitchell propôs um modelo formal do ciclo econômico, onde o investimento é uma função dos lucros, os gastos do consumidor são uma função da renda nacional e da distribuição de renda, os salários são uma função da produção nacional, e os custos de matéria-prima e taxas de juros são funções da produção nacional em termos de preço. Essas relações podem ser representadas matematicamente, mas Mitchell reconheceu a complexidade do modelo devido a vários atrasos e relações não-lineares.

Gordon (1952) faz uma revisão crítica de um estudo realizado por Wesley Mitchell sobre os ciclos econômicos nos Estados Unidos. O estudo de Mitchell visava trazer precisão científica às impressões vagas sobre o que acontece durante os ciclos econômicos. Ele compilou extensas séries temporais e desenvolveu medidas especiais de comportamento cíclico para analisar empiricamente o que caracterizava os ciclos econômicos. No entanto, a revisão crítica expressa algumas preocupações sobre a abordagem e a eficácia do estudo de Mitchell. Uma crítica é direcionada à metodologia e análise estatística utilizada por Mitchell. A revisão argumenta que suas medidas de tempo, conformidade e amplitude não são suficientemente refinadas e que Mitchell falha em extrair informações significativas dos dados disponíveis. Além disso, é apontado que a classificação e análise dos dados não são realizadas de maneira

a revelar relacionamentos importantes dentro da economia. Gordon (1952) critica a falta de profundidade na análise das causas dos ciclos econômicos. Enquanto Mitchell fornece uma descrição detalhada do comportamento típico durante os ciclos econômicos, ele não avança muito na análise das causas subjacentes desses padrões.

Apesar das críticas, Gordon (1952) reconhece que o trabalho de Mitchell contribuiu para a compreensão dos ciclos econômicos, fornecendo uma base sólida para pesquisas futuras. Mitchell tinha uma visão de um sistema econômico complexo e inter-relacionado que gerava ciclos, embora o texto sugira que sua abordagem teórica e metodológica poderia ter sido mais refinada e sua análise mais profunda.

De acordo com Brody (1952), Mitchell abordava a história das doutrinas econômicas a partir da perspectiva de que elas eram socialmente determinadas. Ele argumentava que o desenvolvimento de ideias econômicas não seguia um processo lógico, mas sim respondia a problemas sociais contemporâneos. As teorias econômicas eram influenciadas pelas condições econômicas e sociais da época, e as ideias de economistas, como Adam Smith e Ricardo, refletiam as necessidades econômicas de suas gerações. Por exemplo, Mitchell explicava que a teoria do *laissez-faire* de Adam Smith era uma resposta às necessidades do capitalismo emergente, enquanto a teoria populacional de Malthus foi uma reação ao crescimento populacional, e as teorias de salários e rendas de Ricardo estavam relacionadas às discussões sobre as Leis do Milho. Segundo Mitchell, o progresso da economia era impulsionado pela necessidade de entender e lidar com questões econômicas contemporâneas, e não por uma busca acadêmica pela coerência lógica. Uma parte importante do pensamento de Mitchell era que as teorias econômicas deveriam ser testadas por suas consequências práticas. Ele acreditava que as ideias eram produtos das circunstâncias históricas e sociais e que mudavam conforme essas condições se alteravam. Assim, as teorias deveriam ser constantemente revisadas e adaptadas para se adequarem a novas realidades sociais. Ele estava preocupado que postular

princípios econômicos de uma época e aplicá-los a outra pudesse levar a erros graves, como aconteceu com os princípios econômicos pós-ricardianos, que ele considerava estéreis devido à sua aplicação acrítica

## **5. COMPARAÇÕES ENTRE AS ABORDAGENS DE KEYNES E MITCHELL**

De acordo com Arthmar et al. (2010), a abordagem de Keynes é mais voltada para a macroeconomia, com ênfase na análise agregada e na compreensão dos determinantes do produto e do emprego em uma economia. Keynes critica a visão neoclássica de que a economia se equilibra naturalmente no pleno emprego e introduz o conceito de demanda efetiva como chave para entender as flutuações econômicas, propondo políticas fiscais e monetárias para estabilizar a economia. Keynes usava análises conceituais e raciocínio lógico para fundamentar suas proposições teóricas. Sua metodologia era mais teórica e abstrata, focada em desenvolver modelos explicativos para fenômenos macroeconômicos. Keynes argumenta que os ciclos podem surgir devido à insuficiência na demanda agregada, levando ao desemprego e à instabilidade econômica. Ele argumenta que a economia pode operar abaixo do pleno emprego devido à insuficiência de demanda e defende a intervenção do governo para estimular a atividade econômica. Portanto, Keynes defende a necessidade de aumentar os gastos públicos durante as recessões para estimular a demanda agregada e reduzir o desemprego. Keynes revolucionou a teoria econômica com suas ideias sobre demanda efetiva, intervenção governamental e políticas para combater o desemprego. Sua Teoria Geral influenciou profundamente a economia do século XX e suas propostas de políticas moldaram a política econômica de muitos países.

De acordo com Sherman (2001), a abordagem de Mitchell é mais empírica e evolucionária, enfocando a dinâmica interna do capitalismo e como ela influencia os ciclos econômicos. Ele baseia sua teoria em observações concretas sobre o comportamento humano e os padrões econômicos ao longo do tempo, buscando entender como as instituições econômicas moldam o surgimento dos ciclos. Mitchell vê os ciclos econômicos como endógenos ao sistema capitalista, emergindo das dinâmicas internas da economia. Mitchell destaca a importância das instituições econômicas, como o uso de dinheiro e crédito, na

formação dos ciclos. Ele também observa padrões específicos de comportamento humano, como variações nos lucros, salários e investimentos, ao longo do ciclo econômico. Mitchell aboga por uma intervenção governamental mais radical para suavizar os ciclos econômicos e evitar depressões severas. Ele vê a necessidade de mudanças estruturais no sistema econômico para lidar com as crises cíclicas, o que pode incluir reformas institucionais e políticas redistributivas. De acordo com Klein (1983), Mitchell valorizava a coleta de informações precisas e testadas da realidade econômica, combinando análises teóricas com dados observáveis. Suas contribuições foram significativas no estudo dos ciclos econômicos e no desenvolvimento de indicadores para medi-los. Ele ajudou a estabelecer as bases para pesquisas futuras sobre ciclos econômicos e enfatizou a importância da abordagem institucionalista.

## **6. COMPARAÇÕES ENTRE AS ABORDAGENS DE MITCHELL E MARSHALL**

De acordo com Gaynor (1991), Marshall busca explicar fenômenos econômicos por meio de modelos formais e análises dedutivas. Sua teoria monetária se baseia em conceitos como oferta e demanda, equilíbrio de curto e longo prazo, e comportamento racional dos agentes econômicos. Sua abordagem é mais teórica e menos centrada na análise empírica dos ciclos econômicos. Ele desenvolve uma teoria monetária que redefine o conceito de dinheiro para incluir crédito, permitindo uma oferta de dinheiro endógena que reage à demanda. Marshall critica a teoria quantitativa por não explicar o que determina a velocidade de circulação do dinheiro e argumenta que fatores como população, riqueza e desenvolvimento do crédito afetam a demanda por dinheiro. Ele atribui grande parte das flutuações econômicas a mudanças na oferta de dinheiro e crédito. Marshall argumenta que a expansão excessiva e contração do crédito é uma causa fundamental das crises econômicas, assim como choques externos na oferta ou demanda, levando a ciclos de prosperidade seguidos por recessão ou depressão. Marshall descreve um ciclo econômico que inclui fases de prosperidade, seguidas por excesso de confiança, superprodução, pressão sobre os preços, estagnação e, finalmente, uma recessão ou depressão.

Em contraste, de acordo com Sherman (2001), como já citado anteriormente, Mitchell desenvolve uma abordagem mais empírica e evolucionária, inspirada no pensamento institucionalista. Sua teoria dos ciclos econômicos enfatiza a importância das dinâmicas internas do capitalismo e das instituições econômicas na determinação dos ciclos. Ele baseia sua análise em observações concretas do comportamento humano e dos padrões econômicos ao longo do tempo. De acordo com Epstein (1999), Mitchell reconhece a complexidade dos ciclos econômicos e argumenta que uma teoria institucional, considerando a experiência histórica, é necessária para explicá-los adequadamente. Sua metodologia envolve o desenvolvimento de medidas como o "ciclo de referência" e o "ciclo relativo" para entender o

comportamento das séries temporais. Mitchell vê os ciclos econômicos como fenômenos complexos e únicos, que surgem das dinâmicas internas do sistema econômico. Ele desenvolve medidas como o "ciclo de referência" e o "ciclo relativo" para entender o comportamento das séries temporais e identificar pontos de virada nos ciclos econômicos. Mitchell contribuiu com uma abordagem institucionalista e empírica para entender os ciclos econômicos, enfatizando a importância da análise histórica e da experiência institucional na explicação dos fenômenos econômicos.

De acordo com Gordon (1952), o interesse de Mitchell estava na identificação e compreensão dos ciclos econômicos e de suas causas subjacentes, utilizando métodos estatísticos para identificar padrões nos dados. Ele buscava trazer precisão científica à compreensão dos ciclos econômicos, compilando dados extensos e desenvolvendo medidas especiais para analisar esses fenômenos. Por outro lado, Keynes estava mais preocupado com questões macroeconômicas e teóricas, como o pleno emprego, formação de preços e salários, determinação da taxa de juros e influência da demanda efetiva na economia. De acordo com Arthmar et al. (2010), Keynes desenvolveu teorias que desafiaram as visões econômicas predominantes de sua época, especialmente as da escola clássica.

Marshall, diferentemente de Mitchell, estava mais interessado em questões monetárias e na teoria monetária. De acordo com Gaynor (1991), seu trabalho se concentrava na determinação da taxa de juros, na oferta e demanda de dinheiro, e nos efeitos do sistema monetário na economia.

De acordo com Gaynor (1991), Alfred Marshall é conhecido por suas contribuições para a microeconomia e a teoria dos preços. Sua abordagem enfatizava a análise do equilíbrio de curto prazo e longo prazo nos mercados individuais. Ele desenvolveu conceitos como oferta e demanda, elasticidade-preço da demanda e teoria do consumidor. De acordo com Klein (1983), Mitchell concentrava-se na macroeconomia, especificamente no estudo dos ciclos

econômicos e na análise das flutuações da atividade econômica ao longo do tempo, desenvolvendo indicadores de ciclos econômicos. Enquanto Marshall reconhecia a complexidade dos fenômenos econômicos, sua abordagem tendia a simplificar esses fenômenos por meio de modelos teóricos e análise matemática. Já Mitchell, valorizava a compreensão da realidade econômica em toda a sua complexidade. Mitchell rejeitou as simplificações excessivas da teoria econômica convencional e defendeu uma abordagem mais realista e complexa para entender os ciclos econômicos e o comportamento econômico em geral.

Hirsch (1967) descreve que Marshall é mais conhecido por sua teoria da oferta e demanda, onde ele introduziu conceitos como elasticidade de preço e a ideia de que o valor é determinado tanto pela utilidade marginal quanto pelo custo de produção. Ele acreditava na eficiência do sistema de livre mercado e que o bem-estar econômico poderia ser alcançado através de uma distribuição justa e progressiva da riqueza. Mitchell, por outro lado, estava mais preocupado com as imperfeições e instabilidades do sistema econômico. Ele argumentava que os ciclos econômicos não podiam ser compreendidos apenas por teorias baseadas em um equilíbrio estático. Em vez disso, ele via a economia como um sistema dinâmico em constante mudança, onde as flutuações eram normais e esperadas. Ele enfatizou a importância das instituições e como elas moldavam o comportamento econômico, sugerindo que as teorias econômicas precisavam ser ajustadas para levar em conta esses fatores institucionais e históricos.

De acordo com Hirsch (1967), a visão de Marshall sobre a intervenção do governo era cautelosa. Ele acreditava que o governo deveria intervir apenas em situações onde o mercado falhasse claramente, como na educação e saúde pública. Sua abordagem era mais conservadora e confiava na capacidade do mercado de se autorregular ao longo do tempo. Ele defendia um papel limitado do governo e considerava que a redistribuição de renda deveria ser tratada com

cuidado, para não distorcer os incentivos do mercado. Mitchell, por sua vez, via a intervenção governamental como uma necessidade para estabilizar a economia. Ele argumentava que o governo tinha um papel importante em gerenciar a demanda agregada e em suavizar os ciclos econômicos. Para ele, a política econômica deveria ser baseada em evidências e em análises rigorosas de dados para garantir que as decisões fossem eficazes e beneficiassem a sociedade como um todo.

## **7. COMPARAÇÕES ENTRE AS ABORDAGENS DE KEYNES E MARSHALL**

Marshall e Keynes divergiam quanto à explicação das flutuações no nível de emprego. Para Marshall, os ajustes nos preços e nos salários eram cruciais para a restauração do equilíbrio de pleno emprego no longo prazo. De acordo com sua visão neoclássica, o desemprego seria apenas uma disfunção temporária, resolvida pela flexibilidade dos preços no mercado de trabalho. A demanda e a oferta por trabalho se ajustariam naturalmente, restabelecendo o pleno emprego com o tempo. Marshall reconhecia que crises poderiam ocorrer devido a choques externos, mas acreditava na autorregulação dos mercados. Keynes, por outro lado, criticava severamente essa visão, especialmente no contexto da Grande Depressão. Ele argumentava que o mercado não era capaz de garantir o pleno emprego de forma automática e que a economia poderia operar por longos períodos com desemprego involuntário. A sua Teoria da Demanda Efetiva apontava que o nível de emprego é determinado pela demanda agregada: a soma do consumo e do investimento na economia. Para Keynes, se a demanda agregada fosse insuficiente, as empresas não teriam incentivos para aumentar a produção e contratar mais trabalhadores, resultando em desemprego crônico. Ele também desafiava a ideia de que a oferta cria sua própria demanda, como sugerido pela Lei de Say, argumentando que o investimento nem sempre se ajusta eficientemente à demanda agregada, podendo haver uma deficiência nesta demanda que leve ao desemprego.

Na questão monetária, Marshall expandiu a teoria quantitativa da moeda ao propor uma abordagem mais complexa que incluía a demanda por moeda em seu modelo. Ele considerava que a demanda por dinheiro era influenciada por transações, precaução e fatores como população, riqueza e crédito, elementos que definiriam a velocidade de circulação da moeda. A taxa de juros, para Marshall, era determinada pelo equilíbrio entre a oferta de poupança e a demanda por capital. Ele via a taxa de juros como um "preço pago pelo uso do capital", sendo um mecanismo fundamental para o ajuste entre investimento e poupança. A sua análise sobre

os ciclos econômicos envolvia flutuações nos preços de ativos financeiros e commodities como reflexo de mudanças na oferta e demanda de crédito. Keynes, entretanto, trouxe uma crítica incisiva à teoria clássica da taxa de juros. Ele argumentava que os neoclássicos, ao enxergarem a taxa de juros como um mecanismo de equilíbrio entre poupança e investimento, desconsideravam a interdependência entre ambos e as flutuações na demanda agregada. Para Keynes, a taxa de juros era influenciada por fatores monetários, como a liquidez e as expectativas sobre os retornos futuros dos investimentos. Ele introduziu o conceito de preferência pela liquidez, afirmando que a taxa de juros era, em última análise, determinada pela demanda por moeda e pela oferta de moeda, e não pelo equilíbrio entre poupança e investimento. A instabilidade da taxa de juros tornava, em sua visão, a determinação de uma taxa de equilíbrio inviável, uma vez que essa dependia de uma série de fatores econômicos e psicológicos, como a confiança dos investidores.

Em seu artigo “J. M. Keynes as a Marshallian”, Hans E. Jensen (1983) diz que Marshall possuía uma visão otimista e progressista, acreditando que o avanço tecnológico levaria a uma melhoria nas condições de vida, especialmente para as classes mais baixas. Ele enfatizava a importância de melhorar a educação e promover a distribuição de riqueza para alcançar uma sociedade mais justa e eficiente. Marshall via a felicidade como um objetivo alcançável através do aumento da renda e do consumo, destacando que o consumo era o "fim da produção". Keynes embora também compartilhasse da fé no progresso tecnológico, Keynes estava mais preocupado com as falhas do capitalismo que se tornaram evidentes durante a Grande Depressão. Ele acreditava que o sistema econômico existente era incapaz de atingir o pleno emprego e uma distribuição equitativa da riqueza sem a intervenção governamental. Para Keynes, o papel do governo era crucial para corrigir essas falhas e garantir a estabilidade econômica.

De acordo com Jensen (1983), Marshall desenvolveu uma teoria de comportamento baseada no utilitarismo, influenciado por Jeremy Bentham. Marshall acreditava que os seres humanos agiam para maximizar o prazer e minimizar a dor, o que moldava suas decisões econômicas. Ele também incorporou elementos evolucionistas em sua análise, considerando o comportamento humano como algo que evoluiu ao longo do tempo em resposta a fatores econômicos e culturais. Keynes adotou muitas ideias de Marshall, mas as ampliou para explicar comportamentos macroeconômicos, como o consumo e o investimento. Por exemplo, ele postulou a "propensão a consumir" como um fator determinante do nível de demanda agregada, e destacou a importância das expectativas e "espíritos animais" na tomada de decisões dos empresários. Keynes também enfatizou que o desejo por liquidez influenciava as decisões de poupança e investimento, uma ideia que evoluiu a partir da teoria de Marshall, mas com um foco mais pronunciado em aspectos psicológicos e institucionais.

Segundo Jensen (1983), Marshall via a desigualdade de renda e riqueza como um problema a ser resolvido por meio de reformas estruturais, como a educação e o desenvolvimento do capital humano. Ele acreditava que uma distribuição mais justa da riqueza poderia ser alcançada sem grandes mudanças no sistema econômico, exceto por ajustes nas instituições sociais e políticas. Ao contrário de Marshall, Keynes acreditava que a desigualdade estava profundamente enraizada no funcionamento do capitalismo, especialmente devido à insuficiência da demanda efetiva. Ele argumentava que, sem intervenção governamental significativa, a economia permaneceria em um estado de baixo emprego, exacerbando as desigualdades existentes. Assim, ele propôs uma série de políticas para estimular o investimento e garantir o pleno emprego, o que representava uma ruptura significativa com a abordagem microeconômica de Marshall.

Jensen (1983) detalha que Marshall descreveu uma economia estruturada em três classes principais: proprietários de terra, capitalistas (rentiers) e empresários

(empreendedores). Acreditava na separação entre propriedade e gestão, com os empreendedores desempenhando um papel central na economia, enquanto os trabalhadores eram vistos como aqueles que sustentavam o sistema com trabalho árduo. Keynes também identificou três classes principais: rentiers, empreendedores e trabalhadores. No entanto, ele via os rentiers de maneira mais crítica, argumentando que seu desejo por liquidez e especulação era uma fonte de instabilidade econômica. Para Keynes, a especulação financeira criava um ambiente econômico volátil, exigindo intervenção governamental para garantir a estabilidade e o crescimento sustentado.

Embora Marshall acreditasse em um papel limitado do governo, ele reconhecia a necessidade de intervenção em casos específicos, como educação e saúde pública, para melhorar o bem-estar social, de acordo com Jensen (1983). Ele preferia soluções de mercado ajustadas por reformas institucionais, sem a necessidade de uma grande reestruturação do sistema econômico. Keynes foi muito mais longe, propondo que o governo desempenhasse um papel central na economia. Ele defendia políticas fiscais e monetárias ativas para estabilizar a economia, especialmente em tempos de recessão. Keynes via a intervenção do Estado como uma necessidade para corrigir falhas de mercado e evitar o colapso econômico, marcando uma ruptura com o *laissez-faire* defendido pelos economistas clássicos e neoclássicos.

"The Marshallian roots of Keynes's General Theory" escrito por Michel De Vroey (2010) faz uma análise detalhada das ligações teóricas entre Alfred Marshall e John Maynard Keynes. De Vroey (2010) destaca que, na análise de Marshall, não há uma teoria explícita de desemprego. As forças de mercado ajustam-se automaticamente, o que implica que o mercado de trabalho, assim como o mercado de produtos, tende ao equilíbrio. Marshall assumiu, implicitamente, que as informações perfeitas permitem que os agentes econômicos ajustem seus comportamentos de maneira eficiente. A única situação em que o desemprego poderia surgir, na visão de Marshall, seria se houvesse uma imposição externa de um salário mínimo

acima do nível de equilíbrio, o que geraria desemprego. No entanto, Marshall estava mais preocupado com a questão da pobreza do que com o desemprego especificamente. Keynes propôs uma nova abordagem para o desemprego, conhecida como demanda efetiva. Ele argumentou que o desemprego involuntário ocorre quando a demanda agregada é insuficiente para garantir o pleno emprego, o que é uma consequência da propensão decrescente ao consumo conforme a renda aumenta. No entanto, De Vroey (2010) aponta que a análise de Keynes ainda se baseia fortemente na estrutura de curto prazo de Marshall, especialmente na forma como Keynes modelou a oferta e a demanda agregadas. A principal diferença é que Keynes introduziu a ideia de que os salários nominais podem não se ajustar rapidamente, o que impede o equilíbrio do mercado de trabalho e gera desemprego involuntário. Um ponto crucial é que Keynes assumiu a rigidez dos salários como uma simplificação inicial, prometendo abordar esse ponto mais tarde em sua obra. No entanto, De Vroey (2010) argumenta que Keynes não conseguiu eliminar completamente essa dependência da rigidez dos salários, mesmo no capítulo 19 de *The General Theory*, onde ele aborda mudanças nos salários monetários.

## 8. CONCLUSÃO

Comparar autores como Keynes, Marshall e Mitchell é essencial para entender a evolução do pensamento econômico e as distintas abordagens sobre questões centrais como ciclos econômicos, desemprego, demanda agregada e o papel do governo na economia. Esses economistas, embora compartilhem a busca por explicar a dinâmica econômica, oferecem respostas fundamentadas em diferentes pressupostos e metodologias, o que enriquece o campo teórico e prático da economia.

A importância de comparar Keynes e Marshall, por exemplo, reside no fato de que ambos foram fundamentais para o desenvolvimento de abordagens que moldaram políticas econômicas, especialmente no que tange ao papel da intervenção governamental e ao entendimento das forças de mercado. Marshall, com sua visão neoclássica, defendia a capacidade dos mercados de se auto ajustarem no longo prazo por meio de mecanismos como a flexibilidade de preços e salários. Em contrapartida, Keynes, reagindo ao contexto histórico da Grande Depressão, desafiou essa visão e argumentou que os mercados, por si só, não garantem o pleno emprego e que intervenções governamentais, como políticas fiscais e monetárias, são necessárias para estabilizar a economia. A contribuição de Keynes não só transformou a macroeconomia, mas também influenciou a forma como os governos lidam com crises econômicas até os dias atuais.

Mitchell, por outro lado, oferece uma abordagem mais empírica e institucionalista que se distancia tanto da abstração teórica de Marshall quanto da modelagem macroeconômica de Keynes. Sua ênfase na observação dos dados históricos e na identificação de padrões empíricos, particularmente no que diz respeito aos ciclos econômicos, proporciona uma perspectiva evolutiva sobre o capitalismo. Ao invés de focar em modelos matemáticos simplificados, Mitchell busca entender como as instituições e o comportamento humano influenciam as flutuações cíclicas da economia, enfatizando a necessidade de reformas estruturais para mitigar

os impactos de crises econômicas. Sua abordagem realista e focada em dados oferece uma visão complementar, e às vezes crítica, àquelas de Keynes e Marshall.

Essas comparações importam porque mostram que diferentes contextos históricos e metodologias levam a respostas variadas para os mesmos problemas econômicos. A abordagem mais teórica e dedutiva de Marshall, por exemplo, é adequada para a análise de questões microeconômicas e para o entendimento do comportamento de mercado em situações normais. No entanto, Keynes, ao focar nas flutuações econômicas de grande escala e nas crises, oferece um arcabouço analítico mais robusto para tempos de recessão e desemprego. Já Mitchell, com sua perspectiva institucionalista, complementa ambas as abordagens ao explorar as falhas internas do sistema capitalista e sugerir que mudanças estruturais profundas são necessárias para suavizar os ciclos econômicos.

Portanto, ao comparar esses autores, compreendemos que não existe uma única explicação ou solução definitiva para os desafios econômicos. O progresso no entendimento da economia depende da integração de diversas perspectivas, como as de Keynes, Marshall e Mitchell, que trazem contribuições complementares. A economia como disciplina se enriquece ao incorporar tanto a modelagem teórica quanto às observações empíricas, promovendo uma análise mais completa e profunda dos fenômenos econômicos. Esse tipo de comparação revela não apenas o desenvolvimento histórico do pensamento econômico, mas também oferece insights valiosos para a formulação de políticas econômicas eficazes em diferentes contextos.

## 9. REFERÊNCIAS

ARTHMAR, R.; BRADY, M. E.; SALLES, A. O. T. Dos clássicos aos hereges: Keynes e a economia de seu tempo. *Revista Econômica Contemporânea*, v. 14, n. 2, p. 359-393, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-416146127sfr>.

BRODY, Alexander. Review. *Social Research*, v. 19, n. 3, p. 395–398, set. 1952. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/40969308>.

DE VROEY, Michel. The Marshallian roots of Keynes's General Theory. *History of Political Economy*, v. 42, n. 3, p. 521-557, 2010.

EPSTEIN, Philip. Wesley Mitchell's Grand Design and Its Critics: The Theory and Measurement of Business Cycles. *Journal of Economic Issues*, v. 33, n. 3, p. 525-553, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00213624.1999.11506185>.

FERRARI FILHO, Fernando; TERRA, Fábio. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 271–295, mai.–ago. 2011. Disponível em: <http://www.recon.temp>.

GAYNOR, W. B. Price Trends and Economic Crises in Marshall's Monetary Theory. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 13, Spring, p. 37-42, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1053837200003382>.

GORDON, R. A. Wesley Mitchell and the Study of Business Cycles. *The Journal of Business of the University of Chicago*, v. 25, n. 2, p. 101-107, 1952. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2350329>.

HIRSCH, Abraham. The American Setting and Wesley Clair Mitchell's View of Traditional Economics. *Journal of Economic Issues*, v. 1, n. 1/2, p. 74–85, jun. 1967. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4223816>.

JENSEN, Hans E. J. M. Keynes as a Marshallian. *Journal of Economic Issues*, v. 17, n. 1, p. 67-94, mar. 1983. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/4225276>.

KEYNES, John Maynard. *The General Theory of Employment, Interest, and Money*. London: Macmillan, 1936.

KLEIN, Philip A. The Neglected Institutionalism of Wesley Clair Mitchell: The Theoretical Basis for Business Cycle Indicators. *Journal of Economic Issues*, v. 17, n. 4, p. 867-899, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00213624.1983.11504178>.

MEYRELLES FILHO, S. F.; ARTHMAR, R. Moeda, crédito e ciclos econômicos em Marshall. *Estudos Econômicos*, v. 46, n. 1, p. 221-251, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-416146127sfr>.

SHERMAN, Howard. The Business Cycle Theory of Wesley Mitchell. *Journal of Economic Issues*, v. 35, n. 1, p. 85-97, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00213624.2001.11506341>.

WATSON, Mark W. "Business-Cycle Durations and Postwar Stabilization of the U.S. Economy." *American Economic Review* 84, no. 1 (1994): 24-46.